



**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE
COIMBRA**

**As dificuldades de financiamento das PME no rescaldo
da crise do *subprime* –
– um estudo de caso**

Dissertação de mestrado em
Análise Financeira / 2.^a edição

Ana Rita Marques Lino Gonçalves

Orientadora: Professora Ana Paula Quelhas

MARÇO / 2013

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
LISTA DE SIGLAS	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1	9
DA CRISE FINANCEIRA À CRISE DE FINANCIAMENTO.....	9
O CASO DAS PME EM PORTUGAL	9
1. A crise financeira internacional.....	9
2. Os reflexos na economia nacional	10
3. As dificuldades de financiamento.....	12
4. Em busca de soluções: a criação de uma União Bancária.....	16
CAPÍTULO 2	20
AS PROPOSTAS DO IAPMEI.....	20
AS LINHAS DE FINANCIAMENTO EXISTENTES	20
1. Linhas de financiamento.....	20
2. Impacto e utilização.....	24
CAPÍTULO 3	25
ESTUDO DE CASO	25
1. A escolha da metodologia.....	25
2. Breve descrição da entidade	25
3. Os constrangimentos ao financiamento	26
4. As soluções ao financiamento – Linhas de Financiamento do IAPMEI.....	27
5. Estudo comparativo: o recurso a financiamento bancário.....	32
6. Análise Financeira da Empresa	40
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	45
ANEXO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

AGRADECIMENTOS

Neste momento, cumpre agradecer à minha orientadora de dissertação, Professora Ana Paula Quelhas, bem como à orientadora de estágio, Dra. Carla Guiné, realizado na empresa que sustenta o trabalho empírico apresentado.

Dedico este trabalho, elaborado com imenso esforço pessoal, ao meu filho Francisco e ao meu namorado Jorge Pião.

RESUMO

O objectivo principal da presente dissertação é o de discutir as dificuldades de financiamento sentidas pelas PME portuguesas na sequência da crise financeira internacional. Esta crise teve particular impacto ao nível do comportamento dos bancos nacionais em matéria de concessão de crédito. Pretende-se, ainda, avaliar o papel do IAPMEI neste domínio, através da criação de linhas de financiamento alternativas, especificamente destinadas a este tipo de empresas.

Recorreu-se à metodologia do estudo de caso e o nosso interesse recaiu sobre uma PME dedicada à comercialização de equipamentos para análises químicas, que já foi alvo de constrangimentos de financiamento por parte da banca e beneficiou das linhas de financiamento do IAPMEI.

O trabalho compõe-se por 3 capítulos, com os seguintes propósitos; *i)* o Capítulo 1 atende às principais características da crise financeira internacional e às suas consequências no nosso país, principalmente no que se refere ao constrangimento do crédito bancário; *ii)* no Capítulo 2, descrevem-se as características das linhas de financiamento colocadas à disposição das empresas pelo IAPMEI; já no Capítulo 3, atende-se ao caso particular de uma PME e ao modo como esta tem procurado ultrapassar as dificuldades sentidas ao nível do financiamento, mormente através do recurso às soluções promovidas pelo IAPMEI anteriormente mencionadas.

Este trabalho permitiu sobretudo evidenciar a exigência de garantias crescentes por parte das entidades bancárias nacionais, para além da imposição de processos burocráticos complexos. A adopção de comportamentos de aversão ao risco, por parte dos mutuantes, colocou sérias dificuldades ao financiamento das pequenas e médias empresas.

ABSTRACT

The main goal of this work is to discuss the funding difficulties experienced by Portuguese SMEs following the international financial crisis. This crisis has had a particular effect on the behaviour of domestic banks in terms of lending policies. Our goal is also to evaluate the role of IAPMEI in this field through the creation of financing alternative frameworks, specifically related to this kind of companies.

As for methodological issues is concern, a study case approach was used. A company on the field of commercialization of chemical analysis' equipment was elected, which has registered some banking funding constraints, and received funding from the IAPMEI.

The work is composed by three chapters, with the following purposes: i) chapter 1 addresses the main features of the international financial crisis and its impact on the Portuguese case, mainly those related with the banking funding constraints; ii) chapter 2 describes the characteristics of the financing frameworks provided by the IAPMEI; meanwhile, chapter 3 is focused on a particular case of a SME, and how it was able to overcome the difficulties of funding, taking into consideration the use of the solutions provided by the IAPMEI previously mentioned.

This work allowed us to highlight the growing demand of guarantees by the national banks, and the imposition of complex bureaucratic rules as well. The adoption of risk aversion conducts within the set of lenders placed serious difficulties on the funding of SMEs.

LISTA DE SIGLAS

(por ordem alfabética)

BCE – Banco Central Europeu

CAE – Classificação da Actividade Económica

ESM – European Stability Mechanism

EUA – Estados Unidos da América

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PSI-20 - Principal índice da Euronext Lisboa

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

SMEs – Small and Medium Sized Companies

SSM – Single Supervisory Mechanism

TSCG - Treaty on Stability, Coordination and Governance

UEM – União Económica Monetária

SGM – Sociedade de Garantia Mútua

VN – Valor Nominal

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

• Ilustrações:

Ilustração 1 - Crédito concedido às empresas não financeiras do sector privado	14
Ilustração 2 - Variação do crédito concedido a grandes empresas e a microempresas ..	15
Ilustração 3 - Taxas de Juro dos créditos à habitação e dos depósitos de particulares...	16
Ilustração 4 - Organograma da Empresa X	26
Ilustração 6 – Euribor a 3Meses 2011	34
Ilustração 7 -Euribor a 3Meses 2012	35
Ilustração 8 - Euribor a 3Meses 2013	35

• Tabelas:

Tabela 1 - Agregados de Crédito bancário em Portugal.....	12
Tabela 2 -Linha de Crédito PME Crescimento	21
Tabela 3 - PME Investe VI.....	23
Tabela 4 - Condições contratuais PME INVESTE IV	28
Tabela 5 - Quadro de amortização da dívida (1.º empréstimo).....	29
Tabela 6 - Condições contratuais PME INVESTE V	30
Tabela 7 - Quadro de amortização da dívida (2.º empréstimo).....	30
Tabela 8 - Condições contratuais PME INVESTE VI	31
Tabela 9 - Quadro de amortização da dívida (3.º empréstimo).....	32
Tabela 10 – Simulação de 1º Empréstimo Solicitado ao Banco.....	33
Tabela 11 – Simulação de 2ºempréstimo solicitado ao banco.....	34
Tabela 12 - Simulação de 3ºempréstimo solicitado ao banco	36
Tabela 13 - Empréstimo de M/L Prazo proposto pelo Banco	37
Tabela 14 - Quadro de Rendas de Empréstimo M/L Prazo.....	37
Tabela 15 - Linha PME Investe QREN	39
Tabela 16 - Linha PME Crescimento 2013	39
Tabela 17 - Simulação do empréstimo actual solicitado ao IAPMEI.....	39
Tabela 18 - Indicadores para Análise Financeira	40
Tabela 19 - Balanço da Empresa a 31/03/2013	42
Tabela 20 - Demonstração de Resultados da Empresa a 31/03/2013.....	44

INTRODUÇÃO

O objectivo deste trabalho é o de discutir e evidenciar as dificuldades de financiamento de PME em Portugal, no rescaldo da denominada crise do *subprime*. Dado que o tecido empresarial é principalmente constituído por entidades nesta natureza, afigura-se-nos pertinente debruçarmo-nos sobre esta realidade.

As PME nacionais confrontam-se com Necessidades de Tesouraria não cobertas por níveis adequados de financiamento. Com efeito, no intuito de limitarem os riscos associados à sua actividade, cada vez mais as entidades bancárias restringem o crédito concedido e exigem garantias suplementares, as quais as empresas não têm condições para prestar.

Esta situação revela-se no conjunto de indicadores macroeconómicos como o PIB ou a taxa de desemprego, que segundo o INE se situa nos 16,8% no último trimestre de 2012, bem como no número de falências registadas. Em Portugal, no último ano, mais de 5000 empresas encerraram as suas portas¹.

O IAPMEI relançou novas linhas de crédito no intuito de contornar esta situação, contribuindo, assim, para a criação de novos postos de trabalho e para o crescimento e a expansão das empresas.

Para aprofundarmos esta situação, recorreu-se à metodologia do estudo de caso. Importa referir que, numa fase inicial do trabalho, se equacionou a possibilidade de lançamento de um pequeno questionário às PME portuguesas. No entanto, dada a fraca receptividade que o mesmo recebeu na fase de teste, optou-se pela alteração da metodologia a adoptar. Foi, assim, escolhida uma entidade que, em diversos momentos, já recorreu às linhas de financiamento do IAPMEI, na qual a candidata realizou um estágio e onde exerce hoje a sua actividade profissional. O contacto próximo com este tipo de processos foi também determinante na escolha do tema da presente dissertação.

O trabalho compõe-se por três capítulos e encontra-se estruturado do modo que de seguida se descreve.

No Capítulo 1, descrevem-se, a traço grosso, os contornos da crise financeira internacional, ao mesmo tempo que se apontam alguns dos seus reflexos negativos na economia portuguesa, particularmente ao nível da actuação das entidades bancárias.

¹ Elementos retirados da publicação Informa D&B, *Processos Insolvência*, Fevereiro de 2013

Já no Capítulo 2, apontam-se as principais características inerentes às linhas de financiamento disponibilizadas às PME pelo IAPMEI. Neste contexto, importa referir que cerca de 55.000 empresas beneficiaram dos apoios proporcionados pela linha PME INVESTE².

No Capítulo 3, atenderemos ao caso de uma PME proveniente do sector de comercialização de equipamentos para análises químicas, a qual já beneficiou dos apoios inerentes às linhas do IAPMEI. Neste Capítulo, evidenciaremos, sobretudo, as dificuldades de obtenção de financiamento bancário sentidas por esta empresa, bem como os benefícios encontrados no recurso ao IAPMEI.

Por fim, para além de um ponto onde se vertem as principais conclusões que a presente dissertação permitiu atingir, inclui-se um anexo com informação financeira referente à empresa em questão.

² Elementos retirados da publicação do BES no Diário Económico, *PME LÍDER 2012*, Lisboa, 6 de Março de 2012.

CAPÍTULO 1

DA CRISE FINANCEIRA À CRISE DE FINANCIAMENTO

O CASO DAS PME EM PORTUGAL

Na senda dos objectivos que norteiam o presente trabalho, procuraremos, neste Capítulo, apresentar alguns dos aspectos que marcaram a crise financeira internacional – a denominada crise do *subprime* –, bem como o modo como essa crise se repercutiu ao nível das condições de financiamento das empresas nacionais, principalmente das PME.

1. A crise financeira internacional³

1.1. Crise das S&L

Até aos anos 80 do século XX, o sector bancário nos EUA encontrava-se sob forte regulamentação. Com efeito, a lei proibía a existência de agências de um banco em mais do que um estado, ao mesmo tempo que restringia a taxa de juro subjacente ao cálculo dos juros pagos nos depósitos à ordem. Este método salvaguardava a sobrevivência de pequenos bancos locais, os denominados *Savings and Loans* (S&L), que ofereciam normalmente empréstimos a longo prazo a taxas nominais fixas.

No início dos anos 80, dois choques colocaram estes bancos à beira da falência: por um lado, a subida inesperada e considerável da inflação para 10% contribuiu para a acumulação de prejuízos; por outro lado, a desregulamentação do sector bancário colocou-os numa situação de concorrência directa com os grandes bancos, sendo que se revelou impossível competir com as taxas de juro passivas por estes praticadas.

1.2. A Titularização

Para evitar os distúrbios decorrentes destas falências, o departamento do Tesouro interveio, resgatando as S&L e assumindo os seus créditos. Apostaram, assim, numa solução de titularização destes activos, num mercado já existente, onde os bancos transaccionavam os empréstimos como qualquer outro título.

³ Para maior aprofundamento relativamente à crise financeira internacional, cfr. Alexandre *et al.* (2009).

Esta aposta foi um sucesso, expandindo este mercado, contribuindo para a diversificação de carteiras de empréstimos.

1.3. O mercado *subprime*

Esta possibilidade de diversificação do risco permitiu uma expansão do crédito, aumentou a oferta de crédito a famílias e empresas com alto risco, sendo classificados pelas agências de *rating* como abaixo de *A-prime*, ou seja, *subprime*. Alguns dos mutuários deste tipo de empréstimo passaram a ser designados pela sigla NINJA (*no assets, no income, no jobs*).

1.4. A falência do Lehman Brothers

O Lehman Brothers era o quarto maior banco de investimentos dos EUA e que em 2008 declarou falência devido à acumulação de prejuízos causados pela crise do *subprime*.

Este facto abalou o sector bancário americano e, conseqüentemente, induziu o efeito de contágio ao nível do sector bancário mundial.

2. Os reflexos na economia nacional

Portugal foi um dos países que se deparou inesperadamente com uma crise financeira provocada pelo excesso de endividamento das famílias no que respeita aos créditos ao consumo e à habitação.

Em 2008, a dívida do estado correspondia a 78% do PIB; enquanto isso, a dívida privada, excluindo o sector bancário, era de 259% do PIB.

Em 2010, a dívida do Estado já tinha atingido 138% do PIB e a dívida privada 280% do PIB. A crise que se instalou no país provocou um aumento abrupto da dívida pública, o abrandamento do crescimento e instalou um clima de incerteza entre os agentes económicos.⁴

⁴ Os dados acerca da dívida são do *Boletim estatístico* do Banco de Portugal e estão disponíveis em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Publicacoes/K1.pdf>

Apesar dos vários desenvolvimentos adversos, em termos internacionais, observados desde finais de 2008, o sector bancário português demonstrou, no período em apreço, um nível de resistência considerável. Com efeito, os níveis de capitalização do sistema bancário melhoraram substancialmente em 2011, prosseguindo, assim, a tendência evidenciada desde 2008.

No final de 2011, a *ratio* Core Tier⁵ do sistema bancário situava-se nos 9,6%, representando uma melhoria de 1,5 % relativamente a 2010 e de 2,8 % em relação a 2008. Para esta evolução contribuíram quer o aumento dos fundos próprios *core* (através de conversão de dívida em capital e de políticas de retenção de resultados), quer as operações de recompra de dívida titulada, bem como o processo de desalavancagem prosseguido pelos bancos.

Por outro lado, a *ratio* crédito/depósitos do sistema bancário também se reduziu substancialmente, descendo de 167%, em Junho 2010, para os 140%, no fim de 2011. Neste âmbito, é de destacar o comportamento favorável, em 2011, dos depósitos de particulares, os quais mais do que compensaram a redução dos depósitos de não residentes e das sociedades não financeiras.

⁵ O rácio Core Tier estabelece um nível mínimo de capital que as instituições devem ter em função dos requisitos de fundos próprios decorrentes dos riscos associados à sua actividade. Como tal, este rácio é apurado através do quociente entre o conjunto de fundos próprios designado de “core” e as posições ponderadas em função do seu risco.

O conjunto de fundos próprios “core” compreende o capital de melhor qualidade da instituição, em termos de permanência e capacidade de absorção de prejuízos, deduzido de eventuais prejuízos e de certos elementos sem valor de realização autónomo (vide lista detalhada de elementos elegíveis em anexo), numa perspectiva de continuidade da actividade de uma instituição.

Por seu lado, as posições ponderadas em função do seu risco representam uma medida dos riscos decorrentes da actividade financeira, designadamente dos riscos de crédito, de mercado (incluindo requisitos mínimos de fundos próprios quanto aos riscos cambial e da carteira de negociação) e operacional, os quais são calculados nos termos dos Decretos-Leis n.º 103/2007 e n.º 104/2007, de 3 de Abril, e demais regulamentação conexas.

Fonte: Banco de Portugal, *Comunicado relativo a aviso do Banco de Portugal sobre reforço do rácio "Core Tier I" das instituições de crédito*, Lisboa, 7 de Abril de 2011.

Nos primeiros meses de 2012, a diminuição da aversão ao risco por parte dos investidores, especialmente no sector da banca, favoreceu a recuperação dos índices bolsistas europeus. Entre nós, o PSI-20 não foi excepção, tendo apresentado uma evolução ligeiramente mais favorável que em períodos anteriores, invertendo a trajetória descendente verificada consecutivamente desde Março de 2011.⁶

3. As dificuldades de financiamento

Em documento editado em Abril de 2012⁷, o Ministério das Finanças avança que, ao longo do ano, que o crédito concedido ao sector privado registou variações negativas em todos os segmentos. Este facto é consequência da recessão económica que o país enfrenta, bem como da desalavancagem do sector bancário e do ajustamento dos balanços das empresas não financeiras e famílias.

Com efeito, o montante dos empréstimos bancários cedidos diminuiu fortemente no sector privado não financeiro e a particulares, registando, em Janeiro de 2012, uma queda de -2,9% e -2,8% respectivamente, relativamente a Dezembro de 2011.

No que concerne ao segmento de particulares, tal resulta do decréscimo conjunto observado ao nível do crédito à habitação e do crédito ao consumo.

Tabela 1 - Agregados de Crédito bancário em Portugal

	Jul-11	Ago-11	Set-11	Out-11	Nov-11	Dez-11	Jan-12	Fev-12
Empréstimos ao sector privado não financeiro	-0,4	-0,6	-1,0	-1,3	-1,9	-2,4	-2,7	:
Sociedades não financeiras	-0,3	-0,4	-0,7	-1,0	-1,7	-2,7	-2,9	:
Particulares	-0,4	-0,8	-1,2	-1,6	-1,9	-2,2	-2,6	-2,8
para habitação	0,0	-0,3	-0,7	-1,0	-1,3	-1,6	-1,9	-2,2
para consumo	-3,1	-3,7	-4,2	-4,5	-5,7	-5,8	-7,0	-7,4

Nota: Variação anual, ajustada de operações de titularização.

Fonte: Banco de Portugal.

No caso das sociedades não financeiras, a redução tem sido mais marcante nas PME e nos sectores de construção, de imobiliário, do comércio e da indústria transformadora.

⁶ Ministério das Finanças, Abril de 2012, *Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016*, Lisboa.

⁷ Ministério das Finanças, Abril de 2012, *Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016*, Lisboa.

Já segundo o Banco de Portugal⁸, o ano de 2012 foi marcado pelo processo de ajustamento da economia portuguesa. Enquadrado pelo programa de ajuda externa. O país registou quebras significativas tanto no produto como no emprego, acentuadas pela crise económica e financeira internacional. Por outro lado obtivemos um aumento das exportações mas por outro tivemos uma forte redução das importações.

Acresce que, ao longo de 2012, observou-se, em Portugal, o estreitamento dos critérios de concessão de crédito. Com efeito, os bancos alteraram consideravelmente os requisitos em matéria de cedência de crédito, quer em termos de quantidade quer em termos de política de prelos.

A queda da actividade económica provocou uma detioração da qualidade dos mutuários, observando-se um aumento expressivo dos indicadores de risco de crédito, variando consoante estrutura das empresas. Para além disso, verificou-se também um aumento das *rationes* de incumprimento por parte das PME por estarem, na maioria dos casos, mais expostas aos desenvolvimentos internos da economia. Os bancos aumentaram a sua percepção de risco, optando pela canalização do crédito para empresas de maior dimensão e com baixo risco.

Este comportamento por parte dos bancos nacionais resulta, essencialmente, da segmentação dos mercados financeiros e das dificuldades no acesso aos mercados internacionais de dívida, o que originou maiores custos de financiamento.

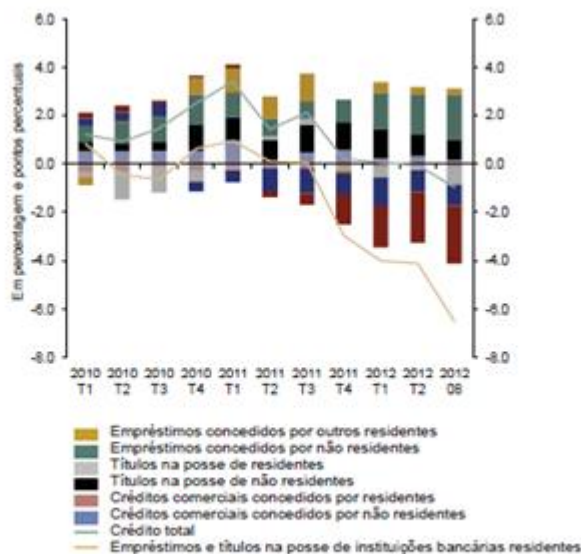
Num contexto marcado pela incerteza, a oferta de crédito é condicionada por um elevado nível de aversão ao risco por parte dos bancos. O custo de financiamento dos bancos é elevado, mas as taxas de juro de depósitos tem vindo a sofrer uma redução significativa resultante das medidas não convencionais da política monetária prosseguida pelo BCE.

Certo é, contudo, que o crédito concedido às empresas tem vindo a decrescer, de modo gradual, desde 2011, conforme se ilustra na figura seguinte, tanto no que se refere ao crédito concedido por bancos residentes como à concessão de empréstimos por parte de bancos ou entidades não residentes. Com efeito, de acordo com os elementos que constam do gráfico, o crédito atribuído por entidades não residentes tem contribuído de modo positivo para que a queda em termos de financiamento não seja tão pronunciada. No entanto, esta fonte de financiamento reserva-se, essencialmente, a grandes empresas ou a empresas internacionais, com forte relacionamento com o exterior e que facilmente

⁸ Banco de Portugal, *Boletim Económico Outono 2012*, Lisboa 2012.

accedem a financiamento externo. Tal significa que tal possibilidade não se encontra ao alcance da maioria das PME, cuja actividade se desenvolve, em muitos casos, preponderantemente no mercado nacional. Desta sorte, estas empresas vêm-se confrontadas com os constrangimentos ditados pela banca nacional em matéria de financiamento.

Ilustração 1 - Crédito concedido às empresas não financeiras do sector privado

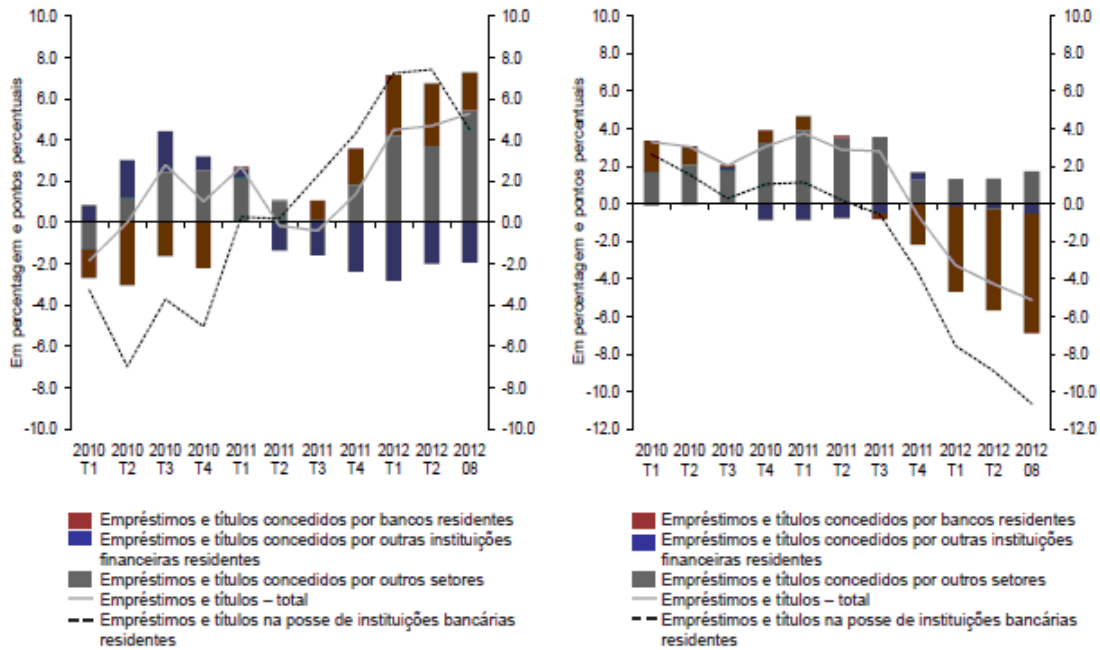


Fonte: Banco de Portugal.

O gráfico que segue vem corroborar este entendimento, na medida em que o financiamento a grandes empresas cresceu 5%, entre 2010 e 2012, enquanto o financiamento a microempresas diminuiu 5%. Esta evolução permite sublinhar a forte dependência das empresas mais pequenas em termos de financiamento bancário, não tendo, na maioria dos casos, condições para acederem a fontes de financiamento alternativas.

Enquanto as empresas grandes e as empresas exportadoras mantiveram o acesso ao crédito interno, ou recorreram a fontes de financiamento alternativas, o mesmo não sucede com as pequenas e médias empresas que enfrentaram grandes dificuldades de financiamento. Estas dificuldades são exacerbadas no caso das empresas que já se encontrem endividadas, daí resultando fortes entraves à recuperação da actividade económica.

Ilustração 2 - Variação do crédito concedido a grandes empresas e a microempresas

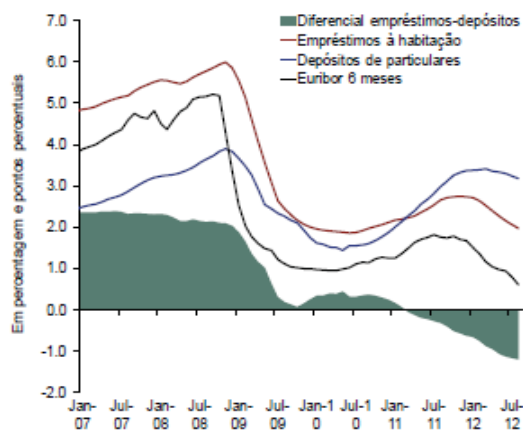


Fonte: Banco de Portugal.

Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro praticadas registaram, contudo, uma queda acentuada de 2011 para 2012, principalmente no que se refere ao crédito à habitação. Após ter sido observado um ligeiro acréscimo no início de 2012, a tendência de descida teve novamente lugar no mercado, tal como se pode observar na figura seguinte. Esta situação revelou-se favorável para as famílias com créditos à habitação, na medida em que a taxa de juro é indexada à Euribor, apresentando, ao mesmo tempo, *spreads* fixos e baixos.

Ilustração 3 - Taxas de Juro dos créditos à habitação e dos depósitos de particulares



Fontes: BCE e Banco de Portugal.

Nota: Última observação: agosto 2012.

Enquanto isso, os níveis agregados de solvabilidade e de liquidez do sistema bancário melhoraram consideravelmente ao longo de 2012. Por um lado, esta melhoria deve-se às medidas não convencionais adoptadas pelo Eurosistema; por outro, deve-se aos esforços recentes de capitalização, no contexto do exercício de capital da Autoridade Bancária Europeia, e das alterações nas regras de adequação de fundos próprios, promovidas pelo Banco de Portugal.

4. Em busca de soluções: a criação de uma União Bancária

Ao longo do ano de 2012, as autoridades europeias encetaram esforços no sentido de reduzir o clima de incerteza e de promover a recuperação da actividade económica. A evidência da estreita relação entre o risco soberano e os bancos na área do euro veio sublinhar a necessidade de adopção de medidas adicionais para restaurar a confiança dos investidores.

A área do Euro é confrontada por um ambiente em rápida evolução internacional caracterizado pelo aumento de grandes economias emergentes, para obtermos uma UEM mais resistente e integrada teremos que amortecer os choques económicos externos que nos afectam e preservarmos o modelo europeu de coesão social e manter a influência da Europa a nível global. A necessidade de assegurar políticas nacionais adequadas aos Estados-Membros é cada vez mais emergente, para garantir a confiança na eficácia das políticas europeias e nacionais com o pressuposto de atingir a estabilização das economias e do sistema bancário.

O Conselho Europeu propôs uma intensificação e aceleração do processo de integração europeia, nomeadamente através da criação de uma União Bancária, com o objectivo de restaurar a confiança no sector financeiro, promovendo assim, a integração financeira, assegurando um fluxo adequado de crédito à economia real ⁹.

A União Bancária envolve, *grosso modo*, a transferência da responsabilidade da supervisão bancária para a Europa, através de uma autoridade única de supervisão com poderes de controlo sobre todos os bancos. O objectivo desta união centraliza-se na uniformização das regras que regem a actividade bancária, tendo em vista o controlo mais eficaz dos riscos assumidos pelos bancos e a minimização da possibilidade de ocorrência de crises futuras. A criação de uma União bancária implicará uma reestruturação dos bancos, sem afectar a sua actividade normal, para além de requerer a criação de um sistema comum de protecção de depósitos.

Em Setembro de 2012, avançou-se com esta medida, segundo o relatório intercalar¹⁰, ficando o BCE responsável pela supervisão de todos os bancos intervenientes, nomeadamente passar a informação para os países que queiram aderir a esta União e devem ter em atenção os seguintes aspectos:

1) A necessidade de uma separação clara entre a política monetária do BCE e as suas funções de supervisão, garantindo um tratamento e representação equitativos dos Estados-Membros que queiram participar neste mecanismo de supervisão, pertencendo ou não à zona euro.

2) A nível de eficácia e eficiência deverá ser adoptado um sistema integrado de tomada de decisões, em que as autoridades nacionais ficarão responsáveis pela realização das tarefas de supervisão.

3) Necessidade de adopção de medidas e regras prudenciais indispensáveis.

⁹ Herman Van Rompuy/2012, *RUMO A UMA VERDADEIRA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA*, publicado no Conselho Europeu a 26 de Junho de 2012

¹⁰ Herman Van Rompuy/2012, *RUMO A UMA VERDADEIRA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA, Relatório Intercalar*, publicado no Conselho Europeu, Bruxelas, 12 de Outubro de 2012.

Afigura-se, assim, desejável a adopção de disposições relativas à harmonização dos enquadramentos nacionais de resolução e de garantia de depósitos, para que se possa avançar com a criação da união bancária, no intuito de prevenir a ocorrência de crises bancárias, garantir os depósitos e quebrar, a curto prazo, a ligação entre o risco soberano e o sistema bancário.

O Conselho assumiu, então, os seguintes propósitos:

➤ Criação de uma União Bancária;

➤ Thomson Reuters afirma “Mais de dois anos após o início da crise da dívida soberana na área do euro, as condições dos mercados monetários e financeiros permanecem extremamente frágeis, apesar das respostas do BCE e da União Europeia. O sentimento de maior aversão ao risco resultante da crise financeira internacional implicou um escrutínio mais rigoroso da situação orçamental e estrutural dos países por parte dos investidores assistindo-se ao surgimento de prémios de risco de crédito elevados no preço de alguns títulos de dívida pública anteriormente considerados sem risco em alguns países da área do euro”¹¹

➤ “Rumo a uma verdadeira União Económica e Monetária”¹² foi o projecto apresentado pelo presidente do Conselho Europeu, em Junho de 2012, a qual tem sido analisado pelo Parlamento Europeu e em Dezembro obtivemos o relatório final. Os objectivos deste projecto passam por focar o Euro como moeda única na União Europeia, para apelar à transparência e compatibilidade com um mercado único, estabelecer acções necessárias para garantir a estabilidade e integridade da UEM.

➤ O projecto assenta em três fases, as quais passamos a descrever:

1) (Final 2012-2013)

Garantir a sustentabilidade orçamental e quebrar a ligação entre bancos e soberanos.

A conclusão da primeira fase deve assegurar a boa gestão das finanças públicas e quebrar a ligação entre bancos e soberanos, que tem sido uma das causas da crise da dívida soberana.

Esta fase inclui cinco elementos essenciais:

(a) Conclusão e implementação completa de um quadro reforçado de governação fiscal; ("Six-Pack"; Tratado da Coordenação de Estabilidade e Governação; 'Two-Pack');

¹¹ Banco de Portugal, *Boletim Económico Outono 2012*, Lisboa 2012.

¹² Conselho Europeu, *Rumo a uma Verdadeira União Económica e Monetária*, Bruxelas, Dezembro de 2012.

- (b) Estabelecimento de um quadro de coordenação sistemática de reformas na política económica como previsto no artº 11 do Tratado de Coordenação de Estabilidade e Governação (TSCG);
- (c) O estabelecimento de um único mecanismo eficaz de Supervisão (SSM) para o sector bancário e a entrada em vigor do Regulamento Requisitos de Capital e da Directiva;
- (d) Acordo sobre a harmonização das legislações nacionais de resolução e quadros de garantia de depósitos para assegurar o financiamento adequado da indústria financeira;
- (e) Criação do quadro operacional para a recapitalização bancária directa através do Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM).

2) (2013-2014)

Completar o quadro financeiro integrado e promoção de políticas estruturais, que consiste em dois elementos essenciais:

- 1) A conclusão de um quadro integrado financeiro através da criação de um mercado comum com autoridade e um rescaldo adequado para garantir que as decisões de resolução de crises são tomadas de forma célere, imparcial e no melhor interesse de todos;
- 2) A criação de um mecanismo de coordenação com maior convergência e execução de políticas estruturais com base em acordos de natureza contratual entre Estados-Membros e as instituições da UE a qual os países se comprometem a empreender políticas e implementá-las. Analisados caso-a-caso, eles poderiam ser apoiados temporariamente, bem como orientados e apoiar uma flexibilidade financeira. Como este apoio financeiro seria de natureza temporária, ele deve ser tratado separadamente do quadro financeiro plurianual.

3) (pós-2014)

A melhoria da capacidade de resistência da UEM através da criação de uma função de absorção de choque no nível central. Essa fase, que marca o ponto culminante do processo consistirá em:

- a) Criação de uma capacidade orçamental bem definida e limitada para facilitar ajustamentos a choques económicos específicos de cada país proporcionando um certo grau de absorção a nível central.
- Declaração de disponibilidades do BCE, para poder realizar as intervenções necessárias à preservação do euro.

CAPÍTULO 2

AS PROPOSTAS DO IAPMEI

AS LINHAS DE FINANCIAMENTO EXISTENTES

Neste capítulo, procuraremos descrever as características, bem como discutir o respectivo poder de alcance, das linhas de financiamento colocadas à disposição das PME nacionais, por intermédio do IAPMEI.

1. Linhas de financiamento

Apresentamos, de seguida, as principais características das seguintes linhas de financiamento: Export Investe, Investe QREN, Linha de Crédito PME Crescimento e PME Investe VI, PME Crescimento 2013 e Linha de Crédito Caixa Capitalização.

1.1. Export Investe

Trata-se de uma linha de financiamento exclusivamente destinada a PME localizadas em território nacional, que se dediquem a actividades de produção e/ou exportação de bens de equipamentos ou de produtos com longos períodos de fabricação.

Poderão aceder a esta linha de financiamento as empresas que cumpram os seguintes requisitos:

- 1) Não tenham incidentes não justificados ou incumprimentos junto da Banca;
- 2) Não estejam em classe de rejeição de risco de crédito junto do Banco proponente;
- 3) Tenham a situação regularizada perante o Estado.

Esta linha de crédito tem como limite de financiamento os 500 mil euros por operação, podendo cada empresa solicitar simultaneamente, no máximo, 4 operações, cada uma com a respectiva encomenda.

As empresas têm um prazo de 5 anos para reembolso da dívida, ao qual acresce um período de carência correspondente ao período de fabricação, que pode ir até aos 18 meses.

As taxas de juro praticadas correspondem à taxa Euribor a três meses, acrescida de um *spread* máximo imposto pelo IAPMEI.

1.2. Investe QREN

Esta linha de financiamento destina-se a empresas com projectos de investimento aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos QREN.

Deste modo, poderão ser financiados:

- 1) A contrapartida privada associada à realização dos projectos de investimento aprovados no QREN, em complemento ao financiamento comunitário atribuído;
- 2) Os custos não elegíveis no âmbito do financiamento comunitário, associados à realização do respectivo projecto de investimento;
- 3) O fundo de maneo necessário para a realização do projecto de investimento.

O prazo máximo de financiamento é de 8 anos, com 2 anos de carência de capital. Ademais, o valor máximo de financiamento concedido, a título de empréstimo, para cada projecto de investimento, é de 4 milhões de euros.

1.3. Linha de Crédito PME Crescimento

São beneficiárias desta linha de financiamento, preferencialmente, as PME, bem como as microempresas, certificadas pela Declaração Electrónica do IAPMEI, localizadas em território nacional e cuja actividade esteja incluída na CAES.

Um dos requisitos fundamentais para a obtenção de crédito é o de ter a respectiva situação regularizada tanto junto da Administração Fiscal como da Segurança Social, à data da contratação do financiamento.

O montante de financiamento depende do tipo de empresa contraente, conforme se ilustra na tabela seguinte.

Tabela 2 -Linha de Crédito PME Crescimento

Tipo de empresa	Montante de financiamento
Microempresas	25.000 €
Pequenas empresas	50.000 €
PME Líder	1.500.000 €
Outras	1.000.000 €

Também o prazo de amortização da dívida varia consoante o tipo de empresa em questão. Desta feita, esse prazo é de 4 anos, acrescidos de 6 meses de carência, no caso das microempresas e das pequenas empresas, sendo de 6 anos acrescidos de um ano de carência, nos restantes casos.

Esta linha de financiamento destina-se à realização de investimentos novos, em activos fixos corpóreos ou incorpóreos, bem como ao reforço do fundo de maneiio.

Um montante correspondente a 30% do crédito poderá ser utilizado na liquidação de dívidas contraídas nos últimos três meses ao sistema financeiro (Administração Fiscal e/ou Segurança Social). Não é permitido o uso dos montantes obtidos no âmbito deste financiamento para liquidação de outros créditos – mormente a outros bancos – nem para a reestruturação financeira da empresa.

As operações de crédito celebradas no âmbito desta linha de financiamento beneficiam de uma garantia autónoma à primeira solicitação prestada pelas SGM, destinada a garantir 50 a 75% do capital em dívida, em cada momento do tempo.

1.4. PME Investe VI¹³

Esta linha de financiamento é bastante similar à anteriormente descrita, na medida em que se destina ao financiamento de novos investimentos em activos fixos corpóreos ou incorpóreos; para além disso, os montantes obtidos poderão ser aplicados no reforço do fundo de maneiio da entidade contraente, ao mesmo tempo que 30% poderão ser empregues no pagamento de dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social.

Os financiamentos atribuídos no âmbito desta linha poderão assumir a forma de empréstimos de médio e longo prazos, de operações de locação financeira imobiliária e de operações de locação financeira de equipamentos.

Nesta linha, as entidades beneficiam também de uma garantia mútua sobre 50% do valor de cada financiamento, valor este que aumenta para 60% no caso de empresas exportadoras.

¹³ Veio reformular a anterior linha PME Investe V.

Mais uma vez, também os montantes de financiamento a atribuir¹⁴ variam em função do tipo de entidade, tal como decorre da tabela seguinte.

Tabela 3 - PME Investe VI

Tipo de empresa	Montante de financiamento
Microempresas	25.000 €
Pequenas empresas	50.000 €
PME Líder	1.000.000 €
Outras	750.000 €

1.5. Nova linha de financiamento: PME Crescimento 2013

Foi lançada pelo Ministério da Economia e do Emprego uma nova linha de crédito, a PME Crescimento 2013, envolvendo um montante global de 2 mil milhões de euros.

Esta nova linha vem revogar a Linha de Crédito PME Crescimento anteriormente referida, mas, no entanto, comporta a possibilidade de atribuição de financiamento a grandes empresas não certificadas pelo IAPMEI.

Os montantes desta linha são menores em comparação com a anterior, para todo o tipo de empresas, exceptuando o caso das empresas exportadoras, as quais têm disponíveis mais de 50 milhões de euros.

¹⁴ São os seguintes os bancos subscritores do Protocolo associado à Linha de Crédito PME Investe: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria; Banco BPI; Banco Comercial Português; Banco de Investimento Global; Banco Efisa; Banco Espírito Santo; Banco Espírito Santo dos Açores; Banco Finibanco; Banco INVEST; Banco Popular Portugal; Banco Santander Totta; Banif; Barclays Bank; Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo; Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra (CAIXANOVA); Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Chamusca; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra; Caixa Económica Montepio Geral; Caixa Geral de Depósitos; Deutsche Bank; Totta - Crédito Especializado.

1.6. Linha de Crédito Caixa Capitalização

A 1 de Fevereiro deste ano, o IAPMEI, em conjunto com a Caixa Geral de Depósitos, a PME Investimentos e as Sociedades de Garantia Mútua, criaram uma nova linha de financiamento a pequenas médias empresas orientadas para o mercado internacional.

O objectivo fundamental é o de proporcionar recursos estáveis às empresas, decorrentes das necessidades de tesouraria decorrentes do alargamento dos prazos médios de recebimento e da necessidade de alocar meios adicionais para o crescimento, em especial no âmbito do mercado externo.

Este financiamento configura o caso de um empréstimo de médio prazo, com pagamento de capital e juros na maturidade, a qual pode atingir um máximo de 7 anos.

Em termos de elegibilidade, só é permitida a candidatura com o fim de reforçar o fundo de maneio e não de reestruturação financeira.

O montante a financiar corresponde a 16,6% do VN anual, com o máximo de $1,5 \times \text{EBITDA}$ do último exercício.

2. Impacto e utilização

Pese embora as dificuldades sentidas em obter informação circunstanciada relativa à taxa de utilização destas linhas por parte das PME, mormente, no que se refere a montantes, sectores de actividades e áreas geográficas, podemos afirmar que¹⁵ o número de empresas beneficiárias superou os 55 mil, o volume de financiamento contratado ascendeu os oito mil milhões de euros num período de três anos e meio. Estas 55 mil empresas representam 760 mil postos de trabalho garantidos.

¹⁵Informação recolhida no Diário Económico, *PME LÍDER 2012*, Lisboa, 9 de Março de 2012

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CASO

1. A escolha da metodologia

Nesta fase da dissertação optou-se por recorrer a uma abordagem metodológica de investigação “Estudo de Caso”. Esta metodologia encerra necessariamente algumas limitações, particularmente em termos de generalização das conclusões, dada a amplitude e diversidade de empresas envolvidas.

Essa diversidade levou-nos, numa fase inicial do trabalho, a considerar o lançamento de um questionário às empresas beneficiárias das linhas de apoio do IAPMEI. Porém, os primeiros questionários lançados traduziram-se a níveis de resposta consideravelmente baixos, à qual, certamente, a sensibilidade do tema não é alheia.

Devido à complexidade do número de empresas nesta situação, recorreremos a esta metodologia, assumindo os riscos de uma investigação centrada num único caso, debruçando-nos deliberadamente sobre uma situação específica que se caracteriza como única, mas que, em nosso entendimento, contribui para a compreensão global da situação das PME em Portugal (Ponte, 2006, p. 2).

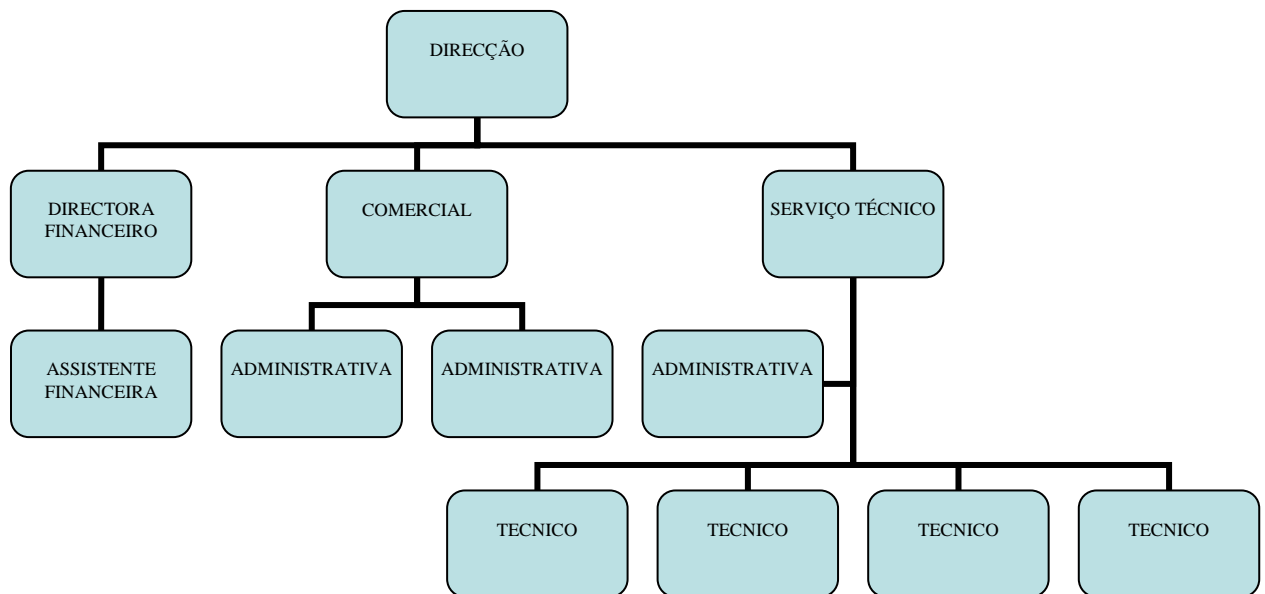
2. Breve descrição da entidade

Recorrendo à metodologia descrita anteriormente, vamos analisar uma empresa PME LÍDER que se dedica à comercialização de equipamentos de laboratório, cujo CAE é 46900, comércio por grosso não especializado, criada a 20 de Abril de 1994, sendo uma sociedade por quotas, com um capital social de 100.000,00€, o qual se reparte por 4 sócios.

Esta empresa conta, actualmente com 13 colaboradores, encontrando-se, numa situação financeira estável. Tem tido, todavia, ao longo da sua actividade necessidade de solicitar financiamentos para fazer face às necessidades pontuais de tesouraria.

Apresenta-se, de seguida, o organograma da empresa.

Ilustração 4 - Organograma da Empresa X



3. Os constrangimentos ao financiamento

Actualmente a empresa trabalha com 3 bancos: Banco Popular, Banco Millennium BCP e Barclays, porque são os únicos que facilitam o financiamento assumindo uma parte do risco real da empresa.

Em termos de operações passivas, ponderam as operações de *leasing*, o factoring e os empréstimos de curto prazo. Já entre as operações activas, ponderam os depósitos à ordem¹⁶.

No intuito de avaliar qual o entendimento que a empresa tem do seu relacionamento com a banca, sistematizou-se a informação recolhida em torno de cinco questões fundamentais.

No que concerne à *qualidade do relacionamento com o sector bancário*, a empresa classificou o mesmo como sendo muito bom.

Por sua vez, relativamente à *atitude da banca relativamente às PME*, a empresa manifestou um juízo crítico ao sustentar que os bancos deveriam ser mais flexíveis e analisar o risco real das empresas actuando mais como parceiros de negócio e assumindo uma parte do risco a par com os investidores/sócios. Só assim os bancos poderão ter um papel proactivos na realidade do país.

¹⁶ Operações classificadas na óptica da empresa.

Relativamente ao *recurso a crédito bancário*, a empresa referiu já ter recorrido, por diversas vezes, a este tipo de fonte de financiamento.

Já no que se refere aos *trâmites processuais e à eventual existência de problemas burocráticos*, mais uma vez, a empresa revelou ter um parecer crítico a este respeito: Com efeito, considerou que os processos negociais e administrativos e negociais demoram tempo demasiado, tempo esse que as empresas não têm, na medida em que necessitam de fundos para colmatar as suas necessidades pontuais de tesouraria. Foi apontado, ainda, que existe demasiada burocracia envolvente nas questões das garantias; as entidades bancárias exigem muitas garantias e avales aos investidores/sócios, para não assumirem nenhum tipo de risco, o que gera bastante dificuldade para as empresas. As empresas, na maioria dos casos, não têm patrimónios nem bens para apresentarem como garantia. Da primeira vez que esta empresa solicitou um empréstimo, o processo demorou 6 meses a estar concluído, isto com a agravante de se tratar de uma instituição bancária junto da qual a empresa tinha histórico. Recentemente, esse prazo diminuiu para cerca de um mês.

Por fim, relativamente à *eventualidade de rejeição de pedidos de financiamento*, a empresa informou que já teve um financiamento recusado, no caso por um banco com o qual já mantinha uma longa relação, pelo facto de a instituição bancária não ter conseguido avaliar, adequadamente, o risco real da empresa, exigindo, por isso, demasiados avales dos sócios.

4. As soluções ao financiamento – Linhas de Financiamento do IAPMEI

Actualmente, a empresa recorre as linhas de financiamento do IAPMEI como, por exemplo, a linha PME INVESTE, solicitando empréstimos de médio longo prazo. A vantagem primordial é, inegavelmente, o prazo de amortização do empréstimo. Com efeito, a empresa dispõe de um período de tempo mais dilatado para saldar as suas dívidas.

Em termos de custo efectivo, comparando a taxa de juro praticada com a dos empréstimos bancários, estas linhas encerram uma vantagem óbvia, traduzida na bonificação nos *spreads*, daí resultando taxas de juro mais baixas que as praticadas pelos bancos.

Para além disso, no que respeita às garantias, o IAPMEI tem um acordo com as Sociedades de Garantia Mútua, o que permite às empresas a dispensa de apresentação de avales dos sócios, tornando todo o processo menos complexo e oneroso.

A empresa presente neste estudo de caso já solicitou, por três vezes, financiamentos no âmbito da linha PME INVESTE para reforço do respectivo fundo de maneio, os quais procuraremos descrever de seguida.

4.1. O primeiro financiamento

O primeiro financiamento, contraído em 29 de Março de 2010, foi enquadrado na linha PME INVESTE IV com as seguintes condições contratuais:

Tabela 4 - Condições contratuais PME INVESTE IV

Capital em Dívida	50.000,00 €
Carência de Capital	Até 12 Meses
Amortização	Até 3 Anos
Taxa de Juro	Euribor (3 meses) – 0.25%
Garantia 75%	Comprar 2% acções com VN = 1 € à Lisgarante ¹⁷

O primeiro financiamento foi amortizado através de quotas de capital constantes, como decorre do quadro de amortização que se apresenta de seguida.

¹⁷ Neste tipo de financiamento, a empresa fica isenta de apresentação de garantias se adquirir a uma Sociedade de Garantia Mútua 2% das suas acções ao valor nominal de 1€/acção, as quais poderão ser vendidas no termo do contrato. Neste empréstimo específico a empresa comprou 2% das acções representativas de capital da Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., através do banco intermediário com a qual a empresa tem parceria, ficando as mesmas penhoradas em nome da Lisgarante para garantia das suas obrigações decorrentes da garantia prestada. A empresa ainda detém essas acções mas tem a possibilidade de vender à Lisgarante pelo mesmo valor nominal, não tendo mais-valias desta operação.

Tabela 5 - Quadro de amortização da dívida (1.º empréstimo)

Nº da prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros pagos	Capital em dívida no final do período	Bonificação J+IS	Bonificação Acumulada
1	29/03/2010	4.838,91	4.545,45	158,16	45.454,55	147,62	147,62
2	29/06/2010	4.889,74	4.545,45	181,20	40.909,10	163,09	310,71
3	29/09/2010	4.708,53	4.545,45	163,08	36.363,65	149,50	460,21
4	29/12/2010	4.688,84	4.545,45	143,39	31.818,20	151,42	611,63
5	29/03/2011	4.669,53	4.545,45	124,08	27.272,75	143,11	754,74
6	29/06/2011	4.654,17	4.545,45	124,08	22.727,30	128,66	883,4
7	29/09/2011	4.636,05	4.545,45	90,60	18.181,85	127,63	1.011,03
8	29/12/2011	4.617,13	4.545,45	132,86	13.636,40	131,21	1.142,24
9	29/03/2012	4.599,21	4.545,45	53,76	9.090,45	53,76	1.196,00
10	29/06/2012	4.581,68	4.545,45	36,23	4.545,50	41,94	1.237,94
11	29/09/2012	4.563,60	4.545,50	18,10	0	16,59	1.254,53

Neste primeiro empréstimo, a vantagem obtida comparativamente à oferta realizada por parte dos bancos concerne, essencialmente, à bonificação da taxa de juro. Com efeito, a empresa suportou encargos financeiros calculados com base na Euribor a 3 meses deduzida de 0,25% – sendo que estes 0,25% mais o *spread* foram suportados pelo Estado –, o que se traduz num impacto nos custos financeiros da empresa e, por sua vez, contribui positivamente os resultados evidenciados na Demonstração de Resultados.

4.2. O segundo financiamento

Cinco meses após a contratação do primeiro empréstimo, em Março de 2010, a empresa solicitou um novo financiamento no âmbito da Linha PME Investe V, com condições contratuais que se reportam na tabela seguinte.

Tabela 6 - Condições contratuais PME INVESTE V

Capital em Dívida	50.000,00€
Carência de Capital	0 Meses
Amortização	Até 4 Anos
Taxa de Juro	Euribor (3meses) + 0,75%
Garantia 75%	Comprar 2% acções com VN = 1 € à Lisgarante ¹⁸

No âmbito deste empréstimo, foi mais uma vez adoptada a amortização através de quotas constantes de capital.

Tabela 7 - Quadro de amortização da dívida (2.º empréstimo)

Nº da prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros	Capital em dívida no fim do período	Bonificação	Bonificação Acumulada
1	11/08/2010	3.238,13	3.125,00	117,89	46.875,00	56,09	56,09
2	11/11/2010	3.510,20	3.125,00	385,20	43.750,00	179,15	235,24
3	11/02/2011	3.334,17	3.125,00	209,17	40.625,00	167,21	402,45
4	11/05/2011	3.317,07	3.125,00	192,07	37.500,00	150,20	552,65
5	11/08/2011	3.341,56	3.125,00	216,56	34.375,00	143,32	695,97
6	11/11/2011	3.335,58	3.125,00	210,58	31.250,00	131,37	827,34
7	11/02/2012	3.309,37	3.125,00	187,37	28.125,00	112,30	939,44
8	11/05/2012	3.337,40	3.125,00	212,40	25.000,00	112,29	1.051,93
9	11/08/2012	3.224,66	3.125,00	99,66	21.875,00	91,62	1.143,55
10	11/11/2012	3.212,19	3.125,00	87,19	18.750,00	61,28	1.204,82
11	11/02/2013	3.199,74	3.125,00	74,74	15.625,00	44,05	1.248,88
12	11/05/2013	3.241,59	3.125,00	116,59	12.500,00		
13	11/08/2013	3.220,68	3.125,00	95,68	9.375,00		
14	11/11/2013	3.196,76	3.125,00	71,76	6.250,00		
15	11/02/2014	3.172,84	3.125,00	47,84	3.125,00		
16	11/05/2014	3.148,14	3.125,00	23,14	0,00		

¹⁸ Cfr. nota anterior.

Com este empréstimo, a empresa beneficiou de uma redução do *spread* praticado no mercado, o qual, segundo os valores evidenciados na ilustração 5, era de 0,898%. Estas condições permitiram obter, até à presente data, uma bonificação acumulada de 1.248,88 €.

4.3. O terceiro financiamento

Em 2012, surgiu novamente a necessidade de contrair novo empréstimo, desta feita através da Linha PME Investe VI. De referir que, na data de contratação deste financiamento a 05 de Abril de 2012, foi relevante o facto do primeiro empréstimo estar a duas prestações do fim do contrato.

As condições contratuais constam na tabela 8.

Tabela 8 - Condições contratuais PME INVESTE VI

Capital em Dívida	50.000,00€
Carência de Capital	0 Meses
Amortização	Até 4 Anos
Taxa de Juro	Euribor (3meses) + <i>spread</i> 3.6249999999999996%/ano
Garantia 50%	Comprar 2% acções com VN = 1 € à Lisgarante ¹⁹

A tabela 9 corresponde ao quadro de amortização deste financiamento, onde, mais uma vez, foi aplicado o processo de amortização através de quotas constantes de capital. Neste empréstimo, a empresa não obteve bonificações; em vez disso, foi aplicada uma taxa de juro menor que a praticada no mercado.

¹⁹ *Ibidem.*

Tabela 9 - Quadro de amortização da dívida (3.º empréstimo)

Nº da prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros	Capital em dívida no fim do período
1	05/04/2012	3.212,74	3.125,00	87,74	46.875,00
2	05/07/2012	3.677,42	3.125,00	552,42	43.750,00
3	05/10/2012	3.623,12	3.125,00	498,12	40.625,00
4	05/01/2013	3.542,96	3.125,00	417,96	37.500,00
5	05/04/2013	3.544,40	3.125,00	419,40	34.375,00
6	05/07/2013	3.514,48	3.125,00	389,48	31.250,00
7	05/10/2013	3.482,88	3.125,00	357,88	28.125,00
8	05/01/2014	3.447,00	3.125,00	322,00	25.000,00
9	05/04/2014	3.404,90	3.125,00	279,90	21.875,00
10	05/07/2014	3.372,52	3.125,00	247,52	18.750,00
11	05/10/2014	3.339,36	3.125,00	214,36	15.625,00
12	05/01/2015	3.303,48	3.125,00	178,48	12.500,00
13	05/04/2015	3.264,50	3.125,00	139,50	9.375,00
14	05/07/2015	3.230,56	3.125,00	105,56	6.250,00
15	05/10/2015	3.195,84	3.125,00	70,84	3.125,00
16	05/01/2016	3.159,96	3.125,00	34,96	0,00

5. Estudo comparativo: o recurso a financiamento bancário

5.1. O primeiro financiamento

Com base em documentos históricos remetidos pelo banco²⁰, definimos quais os *Spreads* praticados no mercado na data dos diversos financiamentos e adicionamos a Euribor a 3M conforme ilustração 5, 6 e 7; na tabela 10 podemos observar o quadro de amortização do empréstimo, na eventualidade deste ter sido solicitado directamente ao banco.

²⁰ Consideramos, em 2010, um *spread* de 3,51%; em 2011, temos um *spread* de 5,5%; em 2012, um *spread* de 6,5%; e em 2013, um *spread* de 7%. As taxas de juro calculadas traduzem a soma destes *spreads* com a respectiva *euribor* a 3 meses, patente nas ilustrações 5, 6, 7 e 8, para além do respectivo imposto de selo.

Ilustração 5 - Euribor a 3 Meses – 2010

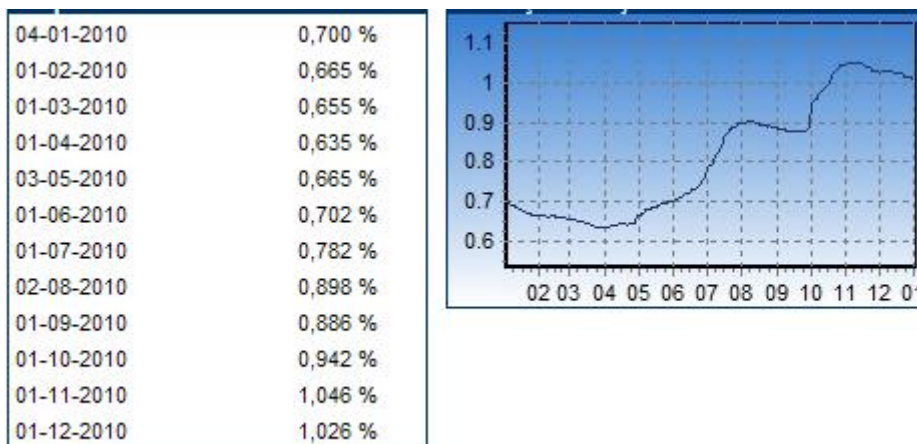


Tabela 10 – Simulação de 1º Empréstimo Solicitado ao Banco

Nº de prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros pagos	Capital em dívida no final do período
1	29-03-2010	6.711,25	4.545,45	2165,8	45.454,55
2	29-06-2010	6.536,58	4.545,45	1991,13	40.909,10
3	29-09-2010	6.415,75	4.545,45	1870,3	36.363,65
4	29-12-2010	6.260,88	4.545,45	1715,43	31.818,20
5	29-03-2011	6.728,13	4.545,45	2182,68	27.272,75
6	29-06-2011	6.512,19	4.545,45	1966,74	22.727,30
7	29-09-2011	6.210,16	4.545,45	1664,71	18.181,85
8	29-12-2011	5.863,23	4.545,45	1317,78	13.636,40
9	29-03-2012	5.604,41	4.545,45	1058,96	9.090,95
10	29-06-2012	5.222,87	4.545,45	677,42	4.545,50
11	29-09-2012	4.865,82	4.545,50	320,32	0

Como podemos verificar, a empresa suportaria encargos financeiros na ordem dos 6.931,26€, quase 16 vezes mais que o suportado através das linhas do IAPMEI.

5.2.O segundo financiamento

Para demonstrarmos, mais uma vez, as vantagens subjacentes às linhas do IAPMEI, prevemos ²¹quanto custaria à empresa solicitar este empréstimo directamente ao banco, conforme Ilustração 6, 7 e 8. Na tabela 11, podemos observar que a empresa suportaria encargos financeiros num total de 28.466€, muito elevado uma vez comparado com os encargos que a empresa efectivamente suportou.

Ilustração 6 – Euribor a 3Meses 2011

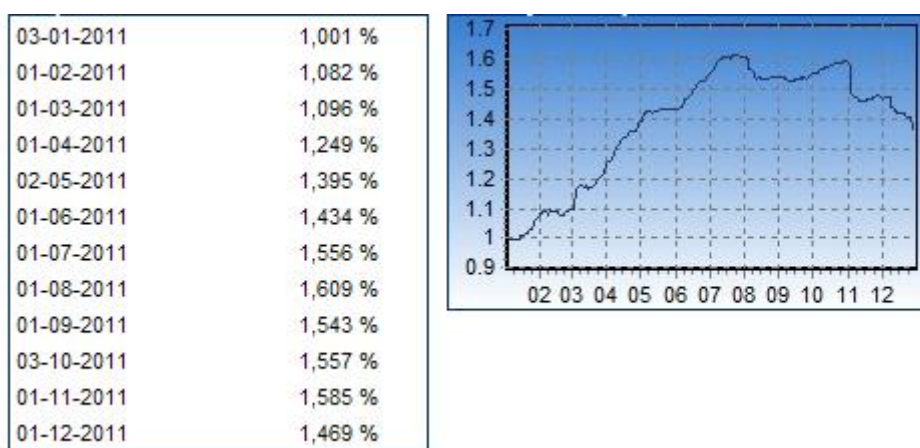


Tabela 11 – Simulação de 2ºempréstimo solicitado ao banco

Nº da prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros	Capital em dívida no fim do período
1	11-08-2010	5.356,84	3.125,00	2231,84	46.875,00
2	11-11-2010	5.295,35	3.125,00	2170,35	43.750,00
3	11-02-2011	6.082,96	3.125,00	2957,96	40.625,00
4	11-05-2011	5.976,45	3.125,00	2851,45	37.500,00
5	11-08-2011	5.876,84	3.125,00	2751,84	34.375,00
6	11-11-2011	5.647,88	3.125,00	2522,88	31.250,00
7	11-02-2012	5.673,98	3.125,00	2548,98	28.125,00
8	11-05-2012	5.251,77	3.125,00	2126,77	25.000,00
9	11-08-2012	4.984,52	3.125,00	1859,52	21.875,00
10	11-11-2012	4.654,48	3.125,00	1529,48	18.750,00
11	11-02-2013	4.526,66	3.125,00	1401,66	15.625,00
12	11-05-2013	4.295,98	3.125,00	1170,98	12.500,00
13	11-08-2013	4.061,78	3.125,00	936,78	9.375,00
14	11-11-2013	3.827,59	3.125,00	702,59	6.250,00
15	11-02-2014	3.593,39	3.125,00	468,39	3.125,00
16	11-05-2014	3.359,20	3.125,00	234,2	0

²¹ Cfr. nota anterior.

5.3. O terceiro financiamento

Neste 3º financiamento, procedeu-se também uma simulação²² para obter o total de encargos suportados pela empresa ao solicitar este empréstimo directamente ao banco, de acordo com a Ilustração 7 e 8.

Como não temos ainda os dados reais no que respeita a Euribor a 3 meses no que concerne a períodos futuros, utilizamos a última taxa disponível na ilustração 8.

Na tabela seguinte, consta o quadro de amortização deste empréstimo.

Como podemos concluir na tabela 12, os encargos financeiros suportados pela empresa ronda os 31763€; mais uma vez, comprovamos que a empresa obteve benefícios consideráveis ao financiar-se através das linhas existentes no IAPMEI.

Ilustração 7 -Euribor a 3Meses 2012

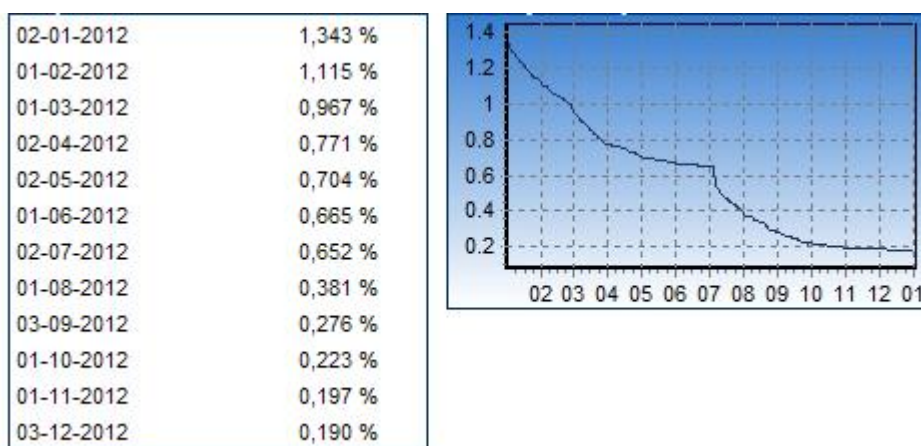
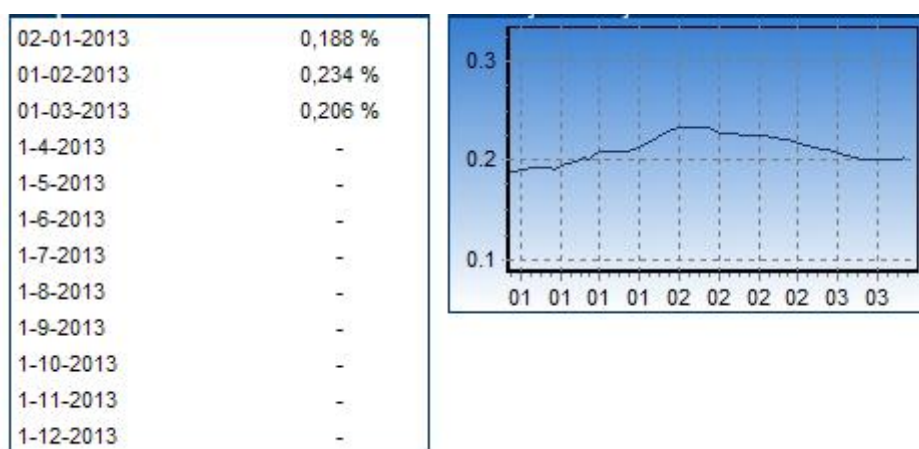


Ilustração 8 - Euribor a 3Meses 2013



²² Cfr. nota 20.

Tabela 12 - Simulação de 3º empréstimo solicitado ao banco

Nº da prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros	Capital em dívida no fim do período
1	05-04-2012	7.007,84	3.125,00	3882,84	46.875,00
2	05-07-2012	6.617,94	3.125,00	3492,94	43.750,00
3	05-10-2012	6.208,08	3.125,00	3083,08	40.625,00
4	05-01-2013	6.162,78	3.125,00	3037,78	37.500,00
5	05-04-2013	5.935,34	3.125,00	2810,34	34.375,00
6	05-07-2013	5.701,15	3.125,00	2576,15	31.250,00
7	05-10-2013	5.466,95	3.125,00	2341,95	28.125,00
8	05-01-2014	5.232,76	3.125,00	2107,76	25.000,00
9	05-04-2014	4.998,56	3.125,00	1873,56	21.875,00
10	05-07-2014	4.764,37	3.125,00	1639,37	18.750,00
11	05-10-2014	4.530,17	3.125,00	1405,17	15.625,00
12	05-01-2015	4.295,98	3.125,00	1170,98	12.500,00
13	05-04-2015	4.061,78	3.125,00	936,78	9.375,00
14	05-07-2015	3.827,59	3.125,00	702,59	6.250,00
15	05-10-2015	3.593,39	3.125,00	468,39	3.125,00
16	05-01-2016	3.359,20	3.125,00	234,2	0

5.4. Um financiamento actual

Iremos, de seguida, atender ao custo que a empresa suportará se a empresa contrair, neste momento, um novo empréstimo de médio e longo prazos no âmbito das novas linhas PME Crescimento 2013 ou PME INVESTE QREN ou contrair directamente ao banco em questão.

Na tabela seguinte, temos as condições apresentadas pelo banco, em que a empresa poderá obter um empréstimo de 50.000 €, com amortizações mensais e prestações fixas.

Na tabela 14, apresentamos o possível quadro de amortização que reporta as condições propostas pelo banco.

Empréstimo M/L Prazo proposto pelo banco:

Tabela 13 - Empréstimo de M/L Prazo proposto pelo Banco

CONHEÇA A NOVA SOLUÇÃO PARA O SEU NEGÓCIO	
- Crédito de € 2.500 a € 50.000	
- Prazos de 6 a 48 meses	
- Taxa fixa	
- Desconto de 1% face à taxa de juro do Crédito na Hora se cumprir duas das seguintes condições: Registo no portal de Empresas ou adesão ao extrato digital; Adesão ao Cliente Freqüente Negócios (€ 10/mês + Imposto do Selo); Domiciliação do pagamento de ordenados ou domiciliação de 2 pagamentos correntes (eletricidade, telefone, internet, água...)	
- Prestações fixas ao longo do empréstimo	
- Rapidez de decisão	
- Sujeita a análise de risco de crédito	
- Contratação na hora	
- TAE de 14,845% calculada com base numa TAN de 12,000% fixa para todo o prazo do empréstimo, para um financiamento de € 20.000 a 4 anos, com prestações mensais, calculada de acordo com o D.L. n.º 220/94.	

Tabela 14 - Quadro de Rendas de Empréstimo M/L Prazo

N.º da prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros	Capital em dívida no fim do período
1	01-04-2013	1.303,66	810,23	493,43	49.189,77
2	01-05-2013	1.303,66	818,23	485,43	48.371,54
3	01-06-2013	1.303,66	826,30	477,36	47.545,24
4	01-07-2013	1.303,66	834,46	469,2	46.710,78
5	01-08-2013	1.303,66	842,69	460,97	45.868,09
6	01-09-2013	1.303,66	851,01	452,65	45.017,08
7	01-10-2013	1.303,66	859,41	444,25	44.157,67
8	01-11-2013	1.303,66	867,89	435,77	43.289,79
9	01-12-2013	1.303,66	876,45	427,21	42.413,34
10	01-01-2014	1.303,66	885,10	418,56	41.528,23
11	01-02-2014	1.303,66	893,84	409,82	40.634,40
12	01-03-2014	1.303,66	902,66	401	39.731,74
13	01-04-2014	1.303,66	911,56	392,1	38.820,18
14	01-05-2014	1.303,66	920,56	383,1	37.899,61
15	01-06-2014	1.303,66	929,65	374,01	36.969,97

16	01-07-2014	1.303,66	938,82	364,84	36.031,15
17	01-08-2014	1.303,66	948,08	355,58	35.083,07
18	01-09-2014	1.303,66	957,44	346,22	34.125,62
19	01-10-2014	1.303,66	966,89	336,77	33.158,74
20	01-11-2014	1.303,66	976,43	327,23	32.182,30
21	01-12-2014	1.303,66	986,07	317,59	31.196,24
22	01-01-2015	1.303,66	995,80	307,86	30.200,44
23	01-02-2015	1.303,66	1.005,63	298,03	29.194,81
24	01-03-2015	1.303,66	1.015,55	288,11	28.179,26
25	01-04-2015	1.303,66	1.025,57	278,09	27.153,69
26	01-05-2015	1.303,66	1.035,69	267,97	26.118,00
27	01-06-2015	1.303,66	1.045,91	257,75	25.072,09
28	01-07-2015	1.303,66	1.056,23	247,43	24.015,85
29	01-08-2015	1.303,66	1.066,66	237	22.949,20
30	01-09-2015	1.303,66	1.077,18	226,48	21.872,01
31	01-10-2015	1.303,66	1.087,81	215,85	20.784,20
32	01-11-2015	1.303,66	1.098,55	205,11	19.685,65
33	01-12-2015	1.303,66	1.109,39	194,27	18.576,26
34	01-01-2016	1.303,66	1.120,34	183,32	17.455,92
35	01-02-2016	1.303,66	1.131,40	172,26	16.324,52
36	01-03-2016	1.303,66	1.142,56	161,1	15.181,96
37	01-04-2016	1.303,66	1.153,84	149,82	14.028,13
38	01-05-2016	1.303,66	1.165,22	138,44	12.862,90
39	01-06-2016	1.303,66	1.176,72	126,94	11.686,18
40	01-07-2016	1.303,66	1.188,33	115,33	10.497,85
41	01-08-2016	1.303,66	1.200,06	103,6	9.297,79
42	01-09-2016	1.303,66	1.211,90	91,76	8.085,88
43	01-10-2016	1.303,66	1.223,86	79,8	6.862,02
44	01-11-2016	1.303,66	1.235,94	67,72	5.626,08
45	01-12-2016	1.303,66	1.248,14	55,52	4.377,94
46	01-01-2017	1.303,66	1.260,46	43,2	3.117,48
47	01-02-2017	1.303,66	1.272,89	30,77	1.844,59
48	01-03-2017	1.862,79	1.844,59	18,2	0,00

Como podemos verificar na tabela 14, os bancos financiam com base no método de prestações constantes e mensais, enquanto que as linhas do IAPMEI têm amortizações fixas e pagamentos trimestrais. Neste empréstimo a empresa vai suportar um total de encargos financeiros na ordem dos 13134,81€, sendo 5375,66€ a curto prazo.

O IAPMEI lançou novas linhas de Financiamento com condições contratuais semelhantes às linhas anteriores.

Tabela 15 - Linha PME Investe QREN

PME (com 50% GM)	Grandes Empresas + SIAC (Sem GM)
Euribor (3 meses) + Spread 4,81% a 5,375%	Euribor (3 meses) + Spread 5% a 6,125%

Tabela 16 - Linha PME Crescimento 2013

Empresa	Garantia Mútua a 50%
PME Líder	4,813%
Outras Empresas	
Escalão A	5,000%
Escalão B	5,125%
Escalão C	5,375%

Iremos de seguida obter o quadro de amortização do empréstimo obtido através das linhas de financiamento do IAPMEI, sendo que, como verificamos nas tabelas 15 e 16, a taxa de juro aplicável é idêntica nas duas linhas existentes.

Tabela 17 - Simulação do empréstimo actual solicitado ao IAPMEI

Nº da prestação	Data	Prestação	Amortização	Juros	Capital em dívida no fim do período
1	01-04-2013	3.846,82	3.125,00	721,82	46.875,00
2	01-07-2013	3.801,71	3.125,00	676,71	43.750,00
3	01-10-2013	3.756,60	3.125,00	631,6	40.625,00
4	01-01-2014	3.711,48	3.125,00	586,48	37.500,00
5	01-04-2014	3.666,37	3.125,00	541,37	34.375,00
6	01-07-2014	3.621,25	3.125,00	496,25	31.250,00
7	01-10-2014	3.576,14	3.125,00	451,14	28.125,00
8	01-01-2015	3.531,03	3.125,00	406,03	25.000,00
9	01-04-2015	3.485,91	3.125,00	360,91	21.875,00
10	01-07-2015	3.440,80	3.125,00	315,8	18.750,00
11	01-10-2015	3.395,68	3.125,00	270,68	15.625,00
12	01-01-2016	3.350,57	3.125,00	225,57	12.500,00
13	01-04-2016	3.305,46	3.125,00	180,46	9.375,00
14	01-07-2016	3.260,34	3.125,00	135,34	6.250,00
15	01-10-2016	3.215,23	3.125,00	90,23	3.125,00
16	01-01-2017	3.170,11	3.125,00	45,11	0

Como pudemos verificar, a empresa vai suportar no total 6135,50€ de encargos financeiros com este empréstimo, sendo que os encargos de curto prazo são de 2616,61€.

6. Análise Financeira da Empresa

De seguida, alguns indicadores financeiros da empresa, no intuito de evidenciar qual o impacto que a escolha do tipo de financiamento tem sobre os mesmos.

Tabela 18 - Indicadores para Análise Financeira

Indicadores	Banco	Iapmei
LG: Activo Circulante/Exig.c/p	1,92	1,92
LR: Activo Circulante - Inventários/Exig.c/p	1,65	1,64
LI: Disponibilidades/Exig. c/p	0,59	0,59
FML: Capital Circulante-Exig. c/p	572565,29	572402,84
Autonomia Financeira: CP/Activo Total	0,27	0,28
Solvabilidade Total: CP/Calheio	0,76	0,76
Debt to Equity: CA/CP	1,321	1,318
Estrutura de Endividamento: Exig. L/P / CA	0,248	0,245

Como esta empresa apresenta uma situação líquida positiva, a diferença entre os indicadores em ambas as situações não é expressiva, mantendo, inclusivamente, a mesma percentagem de liquidez em ambos os casos. No entanto, é perceptível que através do empréstimo do IAPMEI temos um FML superior, maior autonomia financeira e, por sua vez, menor endividamento (*debt to equity*).

Simulamos o Balanço da empresa exposto na Tabela 19, dividido por duas colunas onde comparamos os valores resultantes do financiamento por parte do banco e por parte do IAPMEI. Simulamos adicionalmente a Demonstração de Resultados resultante desta operação apresentada na Tabela 20.

Como podemos verificar, apesar da diferença não ser muito significativa, temos um impacto mais vantajoso a curto prazo se a empresa se financiar de acordo com as linhas de financiamento do IAPMEI. Podemos comprovar esta conclusão através da análise das disponibilidades da empresa, isto é, a empresa apresenta maior capital disponível porque apenas suporta 2616,61€ de encargos financeiros a curto prazo, enquanto que se solicitasse financiamento ao banco teria que suportar de encargos 5375,66€, ou seja, quase o dobro relativamente ao IAPMEI.

Concluindo esta análise, verificamos que é muito mais vantajoso para as empresas acederem ao crédito no âmbito das Linhas PME Investe e/ou outras linhas disponíveis no IAPMEI, porque traduz um impacto positivo na tesouraria a curto prazo, combatendo a necessidade das empresas de se financiar e assim reforçar o seu fundo de maneiio.

Tabela 19 - Balanço da Empresa a 31/03/2013

BALANÇO (Individual ou consolidado)		2013	
Rubricas	Banco	IAPMEI	
A C T I V O			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	166.415,67	166.415,67	
Propriedades de Investimento	0,00	0,00	
Trespasse (Goodwill)	0,00	0,00	
Activos Intangíveis	0,00	0,00	
Activos Biológicos	0,00	0,00	
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	0,00	0,00	
Participações financeiras (outros métodos)	60.135,80	60.135,80	
Accionistas / Sócios	0,00	0,00	
Outros activos financeiros	1.500,00	1.500,00	
Activos por impostos diferidos	27.508,89	27.508,89	
Activos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	
Subtotal	255.560,36	255.560,36	
Activo corrente			
Inventários	172.635,16	172.635,16	
Activos Biológicos	0,00	0,00	
Clientes	587.958,29	587.958,29	
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	
Estado e outros entes públicos	41.904,79	41.904,79	
Accionistas/Sócios	0,00	0,00	
Outras contas a receber	2.989,71	2.989,71	
Diferimentos	19.269,05	19.269,05	
Activos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	
Outros activos financeiros	0,00	0,00	
Caixa e depósitos bancários - Empréstimo Novo	44.624,34	47.383,39	
Caixa e depósitos bancários	322.763,51	322.763,51	
Subtotal	1.192.144,85	1.194.903,90	
Total do activo	1.447.705,21	1.450.464,26	
C A P I T A L P R O P R I O E P A S S I V O			
Capital Próprio			
Capital realizado	100.000,00	100.000,00	
Acções (quotas próprias)	0,00	0,00	
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	

Premios de emissão	0,00	0,00
Reservas legais	20.000,00	20.000,00
Outras reservas	0,00	0,00
Resultados transitados	325.269,96	325.269,96
Ajustamentos em activos financeiros	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações de capital próprio	0,00	0,00
Subtotal	445.269,96	445.269,96
Resultado liquido do exercicio	178.412,57	180.481,85
Total do capital próprio	623.682,53	625.751,81
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	21.979,57	21.979,57
Financiamentos obtidos - Emprestimo Novo	39.731,74	37.500,00
Financiamentos obtidos	142.731,82	142.731,82
Responsabilidade por beneficios pós-emprego	0,00	0,00
Passivo por impostos diferidos	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Subtotal	204.443,13	202.211,39
Passivo corrente		
Fornecedores	279.385,54	279.385,54
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Estado e outros entes publicos	84.546,27	85.236,03
Accionistas/Sócios	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Emprestimo Novo	10.268,26	12.500,00
Financiamentos obtidos	46.763,20	46.763,20
Outras contas a pagar	110.344,74	110.344,74
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00
Outros Passivos financeiros	0,00	0,00
Diferimentos	88.271,55	88.271,55
Passivos não correntes detidos para venda	0	0
Subtotal	619.579,56	622.501,06
Total do Passivo	824.022,69	824.712,45
Total do capital próprio e do passivo	1.447.705,21	1.450.464,26

Tabela 20 - Demonstração de Resultados da Empresa a 31/03/2013

Demonstração de resultados por naturezas

Conta		Rendimentos e Gastos	Banco	IAPMEI
Pos	Neg			
71/72		Vendas e serviços prestados	2.405.589,75	2.405.589,75
75		Subsídios à exploração	0,00	0,00
73		Variação de Inventários na produção	0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
	62	Fornecimentos e serviços externos	1.253.646,82	1.253.646,82
	63	Gastos com pessoal	-241.384,12	-241.384,12
762	65	Imparidades (perdas/reversões)	-546.596,37	-546.596,37
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	-1.965,11	-1.965,11
78		Outros rendimentos e ganhos	8.925,19	8.925,19
	68	Outros gastos e perdas	27.972,63	27.972,63
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-62.718,31	-62.718,31
			336.176,84	336.176,84
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-58.640,16	-58.640,16
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	277.536,68	277.536,68
79	69	Gasto Líquido de Financiamento	-	-9.960,81
			12.719,86	
		Resultado antes de impostos	264.816,82	267.575,87
812		Impostos sobre o rendimento do período	-86.404,26	-87.094,02
		Resultado líquido do período	178.412,57	180.481,85

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Sem prejuízo das limitações que decorrem da metodologia adoptada, este trabalho permitiu evidenciar os seguintes aspectos.

As PME estão sujeitas a dificuldades de financiamento, as quais resultam, em grande medida, da crise financeira internacional. As empresas que dependem de capitais alheios não conseguem crescer economicamente, na medida em que, a maior parte das vezes, a concessão de financiamento é limitada por parte das entidades bancárias devido à sua aversão ao risco.

Os bancos exigem cada vez mais garantias e avales dos sócios para concederem empréstimos, sem tomar qualquer parte do risco nem mesmo ter em consideração o histórico da relação com as empresas.

As pequenas empresas, que, na sua maioria já se deparavam com dificuldades financeiras, não conseguiram fazer face aos seus compromissos, ficando cada vez mais dependentes de capitais alheios. Quando o sector bancário limitou os financiamentos, muitas dessas empresas abriram falência, pois não conseguiram criar liquidez para colmatar as necessidades de tesouraria.

No âmbito do estudo de caso, verificamos que a empresa em apreço, devido ao seu risco real, deparou-se com entidades bancárias que lhe rejeitaram o financiamento, mas ainda mantém relações com outras entidades bancárias que não só lhes aprovaram operações de crédito como também assumem parte do risco real da empresa.

Para combater a questão referida no ponto anterior, foram criadas linhas de apoio ao financiamento do IAPMEI, especificamente destinadas às PME, as quais foram uma mais-valia para as empresas, porque acederam a empréstimos de médio e longo prazos com bonificações nos *spreads*, permitindo assim fazer face às suas necessidades de curto prazo.

O presente trabalho comporta algumas limitações particularmente no que concerne à questão metodológica – que, no entanto, se revelou a via possível dada a relutância das empresas em colaborar –, bem como ao nível dos elementos estatísticos apresentados. Relativamente a este último ponto, cumpre referir que foram solicitados elementos ao IAPMEI relativamente à utilização e ao impacto das diversas linhas de financiamento, elementos que não foram facultados.

Desta feita, embora os elementos recolhidos se confinem apenas a uma entidade, estamos em crer que estes são representativos da situação que prevalece ao nível das pequenas e médias empresas nacionais.

ANEXO

Demonstração de resultados por naturezas em 15 de 2011

(modelo para ME)

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2011	2010
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados		2.405.589,75	2.733.692,60
75		Subsídios à exploração		0,00	147,62
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.253.646,82	-1.490.850,45
	62	Fornecimentos e serviços externos		-241.384,12	-206.334,93
	63	Gastos com pessoal		-546.596,37	-518.388,82
762	65	Imparidades (perdas/reversões)		-1.965,11	43.969,63
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		8.925,19	-6.873,36
78		Outros rendimentos e ganhos		27.972,63	58.789,13
	68	Outros gastos e perdas		-62.718,31	-15.328,67
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		336.176,84	598.822,75
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-58.640,16	-80.941,58
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		277.536,68	517.881,17
79	69	Gasto Líquido de Financiamento		-7.344,20	-56.128,80
		Resultado antes de impostos		270.192,48	461.752,37
	812	Impostos sobre o rendimento do período		-87.748,17	-127.805,61
		Resultado líquido do período		182.444,31	333.946,76

Contabilidade - (c) Primavera BSS

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 15 de 2011

Rubricas	Notas	2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		166.415,67	132.394,27
Participações financeiras (outros métodos)		60.135,80	60.135,80
Outros activos financeiros		1.500,00	1.500,00
Activos por impostos diferidos		27.508,89	45.042,88
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Subtotal		255.560,36	239.072,95
Activo corrente			
Inventários		172.635,16	183.016,92
Clientes		587.958,29	1.197.452,82
Estado e outros entes públicos		41.904,79	0,00
Outras contas a receber		2.989,71	6.254,07
Diferimentos		19.269,05	17.808,84
Caixa e depósitos bancários		322.763,51	163.116,91
Subtotal		1.147.520,51	1.567.649,56
Total do activo		1.403.080,87	1.806.722,51
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		100.000,00	100.000,00
Reservas legais		20.000,00	20.000,00
Resultados transitados		325.269,96	241.323,21
Subtotal		445.269,96	361.323,21
Resultado líquido do exercício		182.444,31	333.946,75
Total do capital próprio		627.714,27	695.269,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		21.979,57	30.904,76
Financiamentos obtidos		142.731,82	124.521,57
Subtotal		164.711,39	155.426,33
Passivo corrente			
Fornecedores		279.385,54	299.816,99
Estado e outros entes públicos		85.890,18	214.167,28
Financiamentos obtidos		46.763,20	65.523,30
Outras contas a pagar		110.344,74	38.227,16
Diferimentos		88.271,55	338.291,48
Subtotal		610.655,21	956.026,21
Total do Passivo		775.366,60	1.111.452,54
Total do capital próprio e do passivo		1.403.080,87	1.806.722,50

Contabilidade - (c) Primavera BSS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, Fernando *et al.* (2009), *A crise financeira internacional – Estado da Arte*, Coimbra, ed. da Imprensa da Universidade de Coimbra, pp.125-155.
- BERGER, Allen e UDELL, Gregory (2002), «Small business credit availability and relationship lending: the importance of banking organisational structure», *The Economic Journal*, 112, pp. 9-16
- BANCO DE PORTUGAL (2012), *Boletim Económico Outono 2012*, Lisboa 2012 disponível em:
http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/IBMC/Publicacoes/Results_out12_p.pdf
- BELL, Judith (1989), *Doing your research Project: a guide for the first-time researches in education and social science*. 2. reimp. Milton Keynes, England: Open University Press, pp.145.
- Boletim Económico*, publicado pelo Banco de Portugal disponível em http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/bol_outono12_p.pdf, acessido a 01 de Dezembro de 2012.
- CONSELHO EUROPEU (2012), *Rumo a uma Verdadeira União Económica e Monetária*, Bruxelas, Dezembro, disponível em:
http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/ec/134069.pdf
- Diário Económico, *PME LÍDER 2012*, Lisboa, 9 de Março de 2012, disponível em <http://economico.sapo.pt/public/uploads/banners/PME2012.pdf>, acessido a 01 de Dezembro de 2012.
- FIDEL, Raya (1992). *The case study method: a case study*; In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, pp. 37-50
<http://pt.euronews.com/2012/03/28/portugal-os-cidadaos-entram-em-falencia/>, acessido a 08 de Janeiro de 2013.
http://economico.sapo.pt/noticias/ricardo-reis-explicando-a-crise-do-subprime_18229.html, acessido a 31 de Janeiro de 2013.

Informa D&B, *Processos Insolvência* , Fevereiro de 2013

Ministério das Finanças, *Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016*, publicado em Abril de 2012. Disponível em:

http://www.dgo.pt/politicaorcamental/Documents/DEO_2013-2016.pdf

PONTE, João Pedro (2006). *Estudos de caso em educação matemática*. *Bolema*, 25, pp. 105-132.

YIN, Robert (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.